

A CAMPANHA DAS DIRETAS JÁ E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL, 1984 -1988

José Gabriel Cordeiro de Barros

Graduando do curso de História, UNEAL. Membro do grupo de estudos GEHMOV

gabriel.barros.bjj@gmail.com

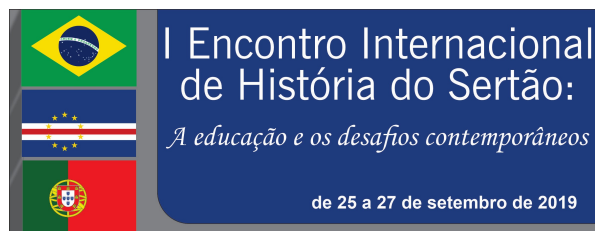
RESUMO

Este artigo pretende avaliar o papel desempenhado pelo movimento civil das Diretas Já, no processo de redemocratização do Brasil ocorrido durante os anos de 1983 a 1984, após a proposta de Emenda Constitucional de 02 de março de 1983, conhecida como Emenda Constitucional Dante de Oliveira, acerca do restabelecimento das eleições diretas para presidente da República no Brasil após vinte anos de ditadura militar. O objetivo é analisar a proposta das Diretas Já e como esse movimento causou mobilizações e repercussões na sociedade brasileira. O referencial bibliográfico está embasado nos autores Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida N. Delgado, **O Brasil Republicano** (2003), na tese de Vanderlei Elias Nery, **A campanha Diretas Já e a transição brasileira da ditadura militar para a democracia burguesa** (2012), na disse dissertação de Valdenor Cabral dos Santos, **DO GOLPE À DISTENSÃO: o enredo político das diretas já em Goiás** (2018). A metodologia está ancorada na história política através de livros, dissertações, teses, reportagens de jornais, fotos e documentários. A finalidade deste artigo é compreender a trama política e a participação popular a partir da campanha da Diretas Já, a votação da emenda no dia 25 de abril de 1984 com a emenda para votação na câmara dos deputados e elucidar a aprovação da nova Constituição Brasileira firmando a democracia no país.

PALAVRAS-CHAVE:Constituição Brasileira, Emenda Constitucional,Diretas Já.

Introdução

O movimento civil Diretas Já, aconteceu no contexto do final da Ditadura Militar, que se iniciou no Brasil no ano 1964, com a queda de João Belchior Marques Goulart ou mais conhecido como “Jango”. Após a sua queda, a presidência é assumida pelos militares na justificativa de voltar com a ordem nacional, porém o regime ditatorial perdurou por 21 anos, só acabando no ano de 1985 com a vitória de Tancredo Neves para presidência e esse regime

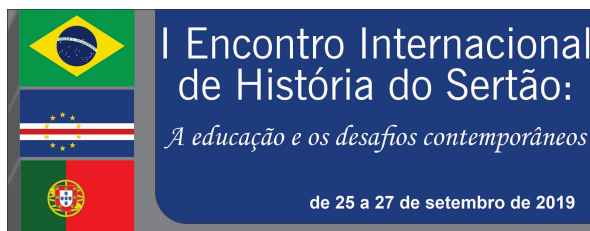


ditatorialfoi caracterizada por censura, autoritarismo, repressão, bipartidarismo, violação da constituição brasileira e entre outros.

O regime ditatorial teve cinco militares como representantes na presidência, o primeiro foi Castelo Branco que ficou na presidência de 1964 a 1967 e marcou o início da ditadura militar, o segundo foi Costa e Silva que durou de 1967 a 1969, o tempo em que ele ficou no poder foi considerado o início dos “Anos de Chumbo”, o terceiro Emílio Médici que ficou na presidência de 1969 a 1974 dando continuidade aos “Anos de Chumbo” e promovendo o famoso “O Milagre Econômico”, o quarto foi Ernesto Geisel que assume a presidência em 1974 e fica até 1979, a partir do seu governo é colocada em questão uma abertura política e a volta de uma democracia liberal no Brasil, no entanto, essa abertura teria que ser “lenta, gradual e segura”.

O quinto e último militar a assumir a presidência foi Figueiredo que governou de 1979 a 1985 e é durante o seu governo que são implantadas algumas medidas de abertura, que mostrava principalmente o declínio da ditadura militar no Brasil. Figueiredo que assume a presidência prometendo voltar com a democracia no país e logo em seu primeiro ano de mandato ele sanciona a lei 6683/1979, que diz é concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração direta e indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares; e no mesmo ano ele retorna com pluripartidarismo, abrindo brechas para criação de novos partidos, com isso, extinguiu os partidos ARENA que era ligado aos militares e o MDB que era o partido de oposição.

O processo de abertura e transição política brasileira se deu por vários fatores que levaram a abertura, a insatisfação da população com o regime militar foi um desses fatores e com isso, colocando as Diretas Já como a campanha que conseguiu reunir diversos grupos sociais e políticos, que uniram e organizaram manifestações públicas para forçar o Congresso Nacional à aprovação da Emenda Dante de Oliveira.



Sendo assim, é nesse contexto que vamos adentrar no que foi esse movimento que ficou nacionalmente conhecido como *diretas já* e quais foram às propostas que Dante de Oliveira levou para o Congresso Nacional. Por conseguinte, ressaltar o fim da ditadura militar com a vitória de Tancredo Neves para presidência, que não chega a assumir e com pouco tempo vem a falecer por problemas de saúde e seu vice José Sarney assume em seu lugar para restabelecer a democracia e por fim, saber o que levou a construção de nova constituição, sua importância para democracia e o que ela propunha.

Diretas já

O movimento pelas “Diretas Já” foi um momento histórico de grande relevância para a política do Brasil contemporâneo, de abertura política, de participação e mobilização popular, e de construção de um “sentimento nacional” que girava em torno das eleições diretas e da votação da Emenda Dante de Oliveira. Mas para dar início ao assunto, quem foi Dante de Oliveira? E o que foi a proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983, ou mais conhecida Emenda Constitucional Dante de Oliveira?

Dante Martins de Oliveira nasceu no dia 6 de fevereiro de 1952, em Curitiba – MG, um tempo depois cursou engenharia civil na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) nos anos 1970 e fez parte do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), assumindo tarefas em movimentos e mobilização universitários. Em 1976 retornou à cidade natal, onde se candidatou a vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), mas não conseguiu se eleger. Dois anos, entretanto, depois foi eleito deputado estadual, assumindo o mandato em fevereiro de 1979. Com a extinção do bipartidarismo, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Em fevereiro de 1983, Dante de Oliveira apresentou projeto de emenda constitucional, que ficaria conhecida com seu nome, propondo o restabelecimento da eleição direta em todos os níveis e marcando para 15 de novembro de 1984 a volta da eleição para presidente da República. Contudo, a câmara de deputados não aprova a proposta de Dante de Oliveira e a eleição direta só será restabelecida em 1988 com nova constituição e em 1989 se tem a primeira eleição direta para presidente após a ditadura militar.



Mas o que dizia essa proposta de emenda? Dante de Oliveira junto de mais 117 deputados e 23 senadores propôs voltar com os artigos da constituição brasileira de 1967 (Emenda Constitucional nº 1, de 1969), mais especificamente os artigos 74 e 148, que garantiam o sufrágio universal, o voto direto e secreto, com o presidente sendo escolhido pelo povo.

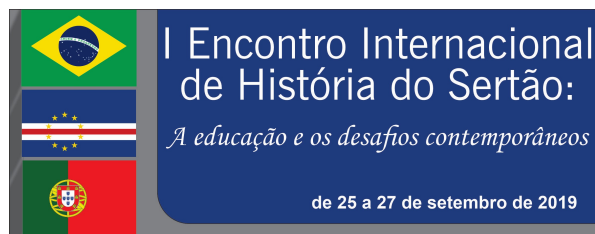
Apresentamos esta Emenda com o intuito de restabelecer a eleição direta do Presidente e Vice-Presidente da República. O que se colima é restaurar a tradição da eleição direta, através do voto popular, tradição esta profundamente arraigada não só no Direito Constitucional brasileiro como também nas aspirações do nosso povo. (OLIVEIRA, Dante; 1983, n.p).

Na justificativa de restabelecer as eleições diretas no país, Dante de Oliveira conseguiu com isso mobilizar a população a fim de que todos apoiassem a sua proposta. A primeira manifestação em apoio às eleições diretas aconteceu no dia 31 de março de 1983 em Pernambuco na cidade Abreu e Lima, a manifestação não teve um grande número de participantes, isso se deu por conta do receio da população em receber retaliações dos militares, porém esses são os primeiros grandes passos para derrubada do governo vigente.

A manifestação foi noticiada pelos jornais do estado e dessa forma levou a notícia para todo o Brasil, levando a outros estados se manifestarem também. Como no caso da cidade de Goiânia em Goiás, que no dia 15 junho de 1983 também foi às ruas para reivindicar e pedir a volta da eleição direta e não parou por aí, em São Paulo no dia 27 de novembro de 1983, conseguiu reunir 15.000 participantes e foi a maior participação popular relacionada ao evento das Diretas Já que ocorreu no ano de 1983.

Difere do que ocorre com outros candidatos, escolhidos em círculos fechados e inacessíveis à influência popular e às aspirações nacionais. Um presidente eleito pelo voto direto está vinculado ao povo e com ele comprometido. As eleições diretas para Presidente da República pressupõe um novo pacto social. Serão as forças vivas da Nação, do assalariado ao empresariado, que irão formar a nova base social de poder. Um presidente eleito por um colégio eleitoral, não tem compromisso com o povo. Mas está diretamente vinculado àquelas forças que o apoiou, no círculo diminuto e fechado que o escolheu. (OLIVEIRA, Dante; 1983, n.p).

Na justificativa de sua emenda, Dante de Oliveira mostra a importância do povo no voto eleitoral e esse pacto social entre a população e o presidente eleito. É evidente que a



desgosto da população, o regime militar fez que o governo deixasse de ser apoiado em seus discursos de prosperidade e com isso vários setores começaram a ir para as ruas, diante dessa grande mobilização popular, o regime começou a ser pressionado para aprovar a emenda de Dante de Oliveira e restabelecer as eleições diretas.

Foram realizados diversos comícios pelo Brasil, tendo no dia 16 de abril de 1984 na Praça Sé em São Paulo o comício que reuniu 1.500.000 pessoas e se tornou a maior manifestação pública então já realizada no Brasil, tendo a participação de artistas e políticos que reforçaram naquele momento o desejo de mudança.

A emenda constitucional Dante de Oliveira foi levada para votação no Congresso Nacional no dia 25 de abril de 1984, porém a emenda não conseguiu o número necessário de votos para a sua aprovação. Por falta de 22 votos a emenda não é aprovada pelo Congresso, foram 298 votos a favor, 65 votos contra, 3 abstenções e 133 faltas.

Já era madrugada do dia 26/04/1984, quando, a 01h50min, o senador Moacyr Dalla proclamou o resultado: “296 votos sim; 65 votos não; 03 abstenções. Os votos, embora majoritários, não alcançaram o *quórum* constitucional necessário à aprovação da matéria”. A estratégia adotada pelo governo deu o resultado esperado: o número de ausentes foi de 113 deputados e faltaram apenas 22 votos para a aprovação da emenda. Dessa forma, a escolha do próximo presidente da República seria de responsabilidade do Colégio Eleitoral e não através de eleições diretas como desejava a ampla maioria da sociedade. (SANTOS, 2018, p. 135).

A derrota da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, frustrou a população que almejava a sua aprovação, contudo, apesar das Diretas Já não ter conseguido a aprovação da emenda, a mobilização popular já tinha alcançado números incríveis, mostrando principalmente a insatisfação da grande maioria e o pedido de uma nova ordem política no Brasil.

O voto indireto permaneceu até a eleição de 1985, que ocorreu por meio de um colégio eleitoral, a eleição que aconteceu no dia 15 de janeiro de 1985 e tinha como os principais candidatos, o candidato de São Paulo do Partido Democrático Social (PDS) Paulo Maluf e o candidato de Minas Gerais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) Tancredo Neves. Tancredo Neves venceu a eleição com um total de 480 votos a favor e 180 contra, esse é um grande marco na história do Brasil, pois foi só após 21 anos de ditadura



militar que presidência pode ser governada por um civil novamente e marcando com isso o fim da ditadura militar no Brasil.

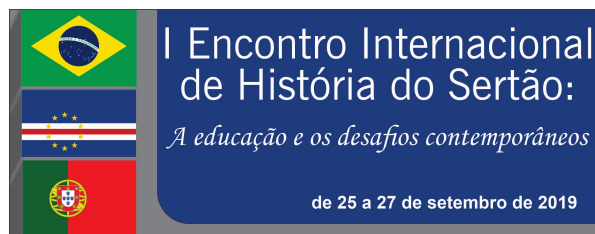
No entanto, a saúde de Tancredo Neves era bem frágil, pois ele estava com um tumor no abdômen. Por conta disso a tão esperada posse não chegou a acontecer devido às complicações da doença, que levou a sua morte. No dia 15 de março de 1985 o seu vice José Sarney, assume a presidência prometendo cumprir as promessas da campanha de Tancredo Neves e o seu governo foi responsável por criar uma nova constituição e restabelecer os ideais democráticos no país.

Constituição de 1988

José Sarney assume a presidência com a responsabilidade de redemocratizar o Brasil, após 21 anos de ditadura militar. O Brasil estava com a inflação altíssima e passava por uma grande crise econômica, a estratégia que o governo usou para controlar a inflação foi de congelar os preços e tarifa-los para garantir que as pessoas pudessem ter acesso as coisas. Com isso, ficou comum a aparição dos “Fiscais do Sarney” que eram pessoas comuns que iam aos estabelecimentos ver se os preços estavam dentro do permitido na tabela que foi fornecida pelo governo. Essa estratégia de usar a população como fiscal foi muito importante nesse processo de redemocratização, visto que, demonstrava que a população tinha importância diante do governo.

No entanto, o ápice da redemocratização só vai acontecer no dia 05 de outubro de 1988, quando uma nova constituição é promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte. Essa constituição veio para restabelecer a democracia e os direitos dos cidadãos brasileiros, ela vem para acabar com a censura, com a repressão e as arbitrariedades cometidas pelos militares e restaurando políticas públicas e sociais, ampliação de liberdade, de direitos e de garantias, liberdade de expressão e a volta das eleições diretas e universais.

A constituição federal de 1988 ficou conhecida como "Constituição Cidadã", por ter sido concebida no processo de redemocratização, por garantir os direitos dos cidadãos, iniciado com o encerramento da ditadura militar no Brasil. A redemocratização possibilitou a afirmação dos direitos sociais e individuais, ela reinstalou o direito à livre manifestação de



pensamento e a liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação (fim da censura), além do direito ao habeas data, que garante a todo cidadão acessar qualquer dado a seu respeito em arquivos do governo. Quanto às eleições, estas voltaram a ser diretas e universais, sem distinção de classe ou gênero e a partir dos 16 anos é opcional para o cidadão votar ou não, no entanto aos 18 anos se torna obrigatório a todo cidadão.

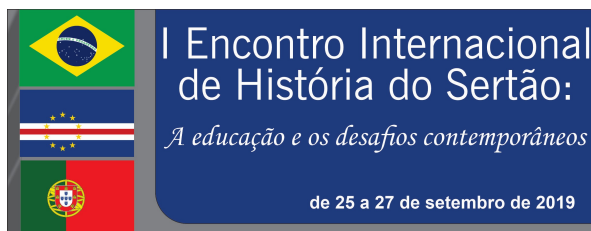
No artigo 1º da constituição de 1988, em um parágrafo único que fala “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Como podemos perceber já no primeiro artigo da constituição nos mostra que o seu poder se origina do povo e esse poder que é exercido através do voto, escolhendo uma pessoa para representar a voz e decisão do povo no governo. Sendo assim, é no governo José Sarney que se redemocratiza o Brasil através de uma democracia representativa e na garantia dos direitos civis.

Considerações finais

Com base no que foi apresentado, vemos a grande importância que os movimentos das Diretas Já tiveram no processo de redemocratização do Brasil, visto que, esses movimentos conseguiram mobilizar a grande maioria da população, em um contexto de ditadura militar, cheio de repressão e tortura, esse fenômeno revolucionário da organização de indivíduos movidos por causa única foi o que levou a queda da ditadura militar no Brasil.

Apesar da derrota da emenda constitucional Dante de Oliveira, que não foi só a derrota de uma emenda, mas sim a de milhões de brasileiros que foram às ruas lutarem pelos seus direitos, no entanto, o que nos leva a concluir que o movimento das diretas já contribuiu para os debates e pressões no processo de transição política brasileira e conseqüentemente do processo político.

Sendo assim, embora as Diretas Já não tenham conseguido acabar com o regime ditatorial, o movimento impôs fortes obstáculos na sua continuidade e contribuiu para a sua decadência. Concluimos que as Diretas Já eram muito mais do que só um pedido de volta às eleições diretas, ela abrigava diversas reivindicações de diversos grupos que não



necessariamente partilhavam dos mesmos desejos, porém estavam juntos em busca de um Brasil de melhor e de direitos.

Por conseguinte, a criação de uma nova constituição que garantisse os direitos dos cidadãos e que restabelecesse a democracia no país, foi o ápice do processo de redemocratização. Consequentemente, a constituição de 1988 foi de suma importância para trazer de volta o poder de decisão para os cidadãos e restabelecer os seus direitos. Considera-se que a democracia representativa não é o modelo ideal para realizar decisões que refletem na vida de cada brasileiro, porém é essencial, pois permite que os cidadãos exerçam, mesmo que indiretamente, o poder.

Este trabalho pretendeu trazer algumas contribuições para compreender a campanha das Diretas Já no Brasil, trazendo informações da campanha e promovendo reflexões acerca dessas mobilizações, da criação da nova constituição e desse processo de redemocratização que o Brasil passou durante e após a ditadura.

Referências

BAZAGA, Rochelle Gutierrez. **AS “DIRETAS JÁ”: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DA CAMPANHA NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA.** XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, Rio Grande do Norte. 2013.

BRASIL. **Câmara dos Deputados. Diretas Já - 30 anos do Movimento.** Câmara dos Deputados, Brasília, 2013. Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/diretas-ja>>. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. **Constituição Federal de 1967.** Promulgada em 24 de janeiro de 1967. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>.

KRAMER, Paulo Roberto da Costa. **Dante do Oliveira / ensaio biográfico e seleção de discursos: Paulo Kramer.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.



NERY, Vanderlei Elias. **A campanha Diretas Já e a transição brasileira da ditadura militar para a democracia burguesa**. 2012. 193 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

RODRIGUES, Marly. **A Década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças**. São Paulo: Editora Autora. 2010.

SANTOS, Valdenor Cabral dos. **DO GOLPE À DISTENSÃO: O ENREDO POLÍTICO DAS DIRETAS JÁ EM GOIÁS**. 2018. 148 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX** (Livro 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.